

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO
REQUERIMENTO N.º /2013
(Da Sra. Rosinha da Adefal)

Requer a realização de audiência pública para discutir o direito humano ao lazer a situação da acessibilidade no turismo para as pessoas com deficiência no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário, requeiro de V. Exa. a adoção das providências necessárias à realização de Audiência Pública para discutir a questão do direito humano ao lazer, das pessoas com deficiência, diante da falta de acessibilidade no turismo brasileiro, discussão para a qual entendemos necessária a presença de representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de representante do Ministério do Turismo, de representante do Ministério das Cidades, de representante da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), além da presença de pessoa especialista nesta área de conhecimento.

J U S T I F I C A T I V A

Nosso objetivo é que a partir desta discussão nos seja possível avançar nas políticas de investimento em promoção de acessibilidade no Brasil.

Às véspera dos grandes eventos (Copadas Confederações, Coopa do Mundo, e Olimpíadas), muito se fala de investimentos em turismo no Brasil.

Ocorre que poucas são as discussões que consideram a necessidade de promoção de acessibilidade, quando se referem aos referidos eventos, o que muito nos preocupa.

O objetivo desta audiência pública é buscar garantir o acesso digno e igualitário das pessoas com deficiência, e pessoas com mobilidade reduzida, em geral, aos locais dedicados ao turismo e ao lazer no Brasil.

E quando falamos de acessibilidade, não nos referimos apenas às questões arquitetônicas, mas também no que se refere às comunicações acessíveis e à quebra das barreiras de atitude, que são as práticas discriminatórias (ainda que inconscientes) que infelizmente permeiam o dia a dia das pessoas com deficiência.

O direito ao lazer é um direito humano posto a todos, sendo que as pessoas com deficiência se veem privadas de tal direito pela falta de

condições de acesso, o que ocorre em razão das diversas barreiras acima mencionadas.

A discussão é complexa, mas precisa ser enfrentada, como um pontapé inicial em busca de soluções viáveis.

Diante de todo o exposto, dada a relevância do tema, é que entendemos imprescindível a realização da presente audiência pública.

É de interesse do povo brasileiro, mormente às pessoas com deficiência, que esta discussão seja realizada nesta Comissão de Turismo e Desporto, onde poderão ser apresentados estudos, realizadas discussões e formuladas propostas de solução para o caso, que é preocupante e requer o posicionamento oficial deste Parlamento.

Por fim, ressaltamos que nenhuma discussão sobre deficiência pode acontecer sem a participação das próprias pessoas com deficiência.

NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS!

Por esta razão, solicito ampla divulgação deste requerimento à sociedade civil, para prestigiar e contribuir com o bom andamento dos trabalhos desta audiência pública, da qual pretendemos sair com encaminhamentos concretos que tragam benefícios ao povo brasileiro. Nunca é demais lembrar que é a sociedade civil quem legitima os atos deste Parlamento.

Sala das Comissões, de março de 2013.

ROSINHA DA ADEFAL
Deputada Federal – PTdoB/AL